

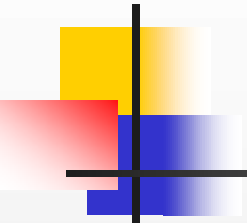


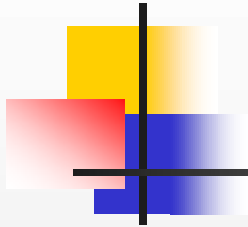
HSP e HCPA: Ensino médico e gestão de saúde entre o público e o privado

Ana Lúcia Lana Nemi
ana.nemi@unifesp.br

HSP: aventura filantrópica nos anos 40 e 50

- n Constrangimentos do Estado Novo e da Grande Guerra.
- n Dificuldades para manter o Hospital com os recursos conseguidos pela Escola: destinação de leitos para pensionistas visava aumentar a arrecadação do Hospital.
- n Dificuldade no cumprimento do contrato com a CEF acarretava suspensão nas obras do Hospital.
- n Racionamento de gasolina e dificuldades para uso de transporte, fato que levou à alteração dos horários de aula; os materiais de construção tiveram seu preço muito mais do que duplicado, comprometendo a finalização das obras do HSP; faltaram medicamentos e drogas para manipulação, alterando o formulário do Hospital; as previsões orçamentárias precisaram ser modificadas em função de aumentos não previstos de preços de produtos fundamentais, como o formol.

- 
- n *“Procede o Senhor Presidente então a leitura da carta 6-120/45 pela qual a Caixa Econômica Federal, após transcrever a cláusula sétima, da Escritura de Financiamento e consolidação da dívida lavrada entre a Caixa Econômica e a Escola (...), relativa aos juros e pagamento destes, comunica serem de Cr\$ 274.863,10 os juros devidos pela escola, até três de março corrente (...) o Senhor Presidente se avistara com o Senhor Doutor Arthur Antunes Maciel (...) a Caixa deseja ser paga em dinheiro pelos juros vencidos, afim de continuar o financiamento”. Atas do CTA, Livro 5, Ata 169 (22 mar.1945), fl. 3v., Arquivo da Reitoria da UNIFESP.*
 - n Conseqüências da implantação das leis trabalhistas: impacto na composição da folha de pagamentos da Escola e do Hospital.
 - n Suspensão da concessão de amostras de café em 1946.



- n 1947: suspensão do contrato com o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC).
- n Lei 939/1949: Congresso Nacional autoriza crédito para a Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina saldar sua dívida com a CEF.
- n Intensificação dos debates sobre a federalização da Escola: 14 a 13. (27 de Junho de 1950)



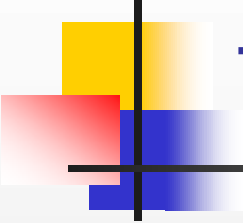
Lei nº 1254, de 4 dez.1950.

- n *“Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos. (...)”*
- n *Art. 17. (...) poderão ser incluídos na categoria a que se refere o artigo anterior outros estabelecimentos de ensino superior que tenham, pelo menos, 10 (dez) anos de funcionamento regular e número de matrículas que justifique a providência. (...)”*



Conselho Estadual de Assistência Hospitalar (19/Dez./1952)

- n Criado por lei Estadual de iniciativa de um dos fundadores da Escola, o então deputado estadual Alípio Corrêa Netto, permitiu que as instituições privadas solicitassem o uso de subvenções estaduais para garantir o oferecimento da assistência médico-hospitalar. O primeiro regimento interno do Hospital São Paulo foi escrito e aprovado em 1953 como condição para que a EPM pudesse usufruir das regras de Assistência Hospitalar definidas pelo novo Conselho. A realidade, no entanto, mostraria que tais subvenções não teriam a regularidade esperada em relação à demanda e aos custos dos serviços prestados.

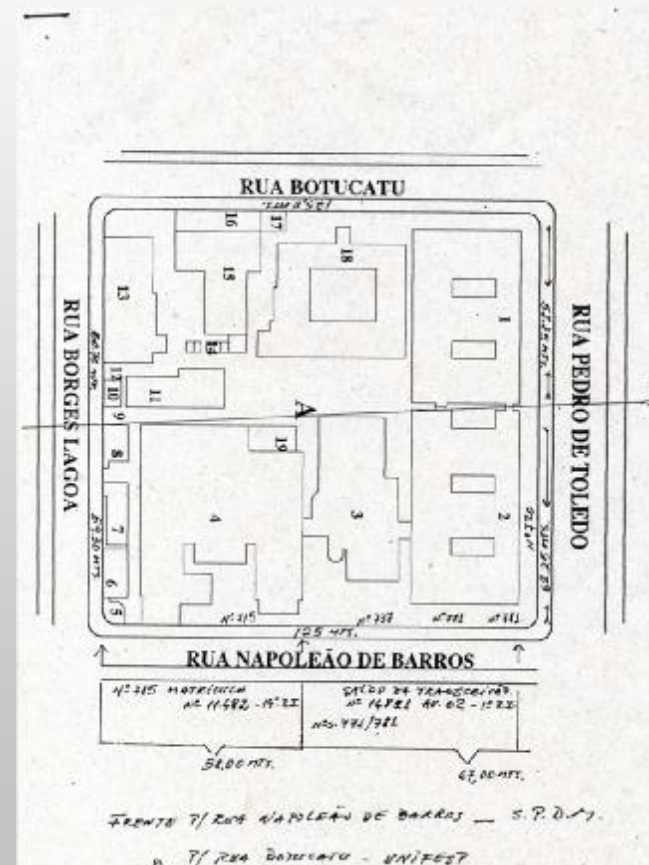


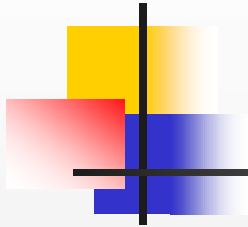
Jairo Ramos: entre a filantropia e o mercado

- n *“Nunca escondemos a nossa real situação. Sabemos que por isso somos criticados, pois que a administração anterior tinha a preocupação de apresentar balanço equilibrado e mesmo ‘super-ávit’, que não podem e não devem existir nas instituições que cuidam de ensino e assistência médica gratuita e que em seus estatutos afirmam que sua organização se rege na base de Sociedade Civil sem fins lucrativos”. Atas da Congregação, Livro 5, Ata 86 (28 maio 1954), fl. 63v., Arquivo da Reitoria da UNIFESP.*
- n As instituições filantrópicas que ofereciam assistência aos pobres e indigentes podiam solicitar a remuneração pelo serviço prestado junto aos poderes públicos, o que era operacionalizado notadamente por meio de subvenções. Regularidade ?....

1956: o processo de separação/imbricação

- n *“Para o ensino das clínicas da Escola Paulista de Medicina, a entidade mantenedora do Hospital de São Paulo assegurará, mediante cláusula na escritura referida neste artigo, a utilização de suas enfermarias gerais, instalações e equipamentos, independente de qualquer indenização.”* Lei 2.712 de 21 de Janeiro de 1956



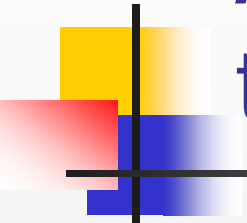


- n A maior parte do enorme passivo do Hospital, assim como aquele adquirido pela Escola para dar conta dos novos prédios que se iam projetando e edificando, como o da Escola de Enfermeiras, teria que ser administrado pela SPDM que, assim, herdava boa parte da insolvência decorrente da irregularidade das subvenções. Um grande negócio para o Governo federal: incorporava ao patrimônio da União uma Escola médica já edificada e com experiência acumulada na construção e expansão do ensino sem o ônus do seu passivo. Os bens transferidos para a União foram avaliados à época em Cr\$ 53.091.578,10. As liberações de verbas para a reestruturação da Escola como instituição federal nos anos seguintes à federalização não incluíam as obrigações financeiras do HSP/SPDM, especialmente as de longo prazo. A Escola conseguiu apenas federalizar parte dos funcionários do Hospital tornando-os servidores vinculados à sua folha de pagamento.

SPDM: continuidade da sociedade civil



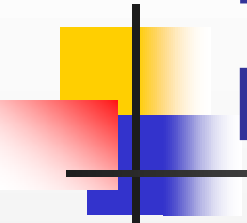
- n A assembleia dos sócios da sociedade civil, definida em estatuto, era composta por duas ordens de sócios, os fundadores e os efetivos, sendo fundadores *“os como tais definidos na escritura de constituição da sociedade”*, e os efetivos *“os que, na forma da lei e do regimento interno do instituto federal “Escola Paulista de Medicina”, tenham assento na congregação desta e, enquanto o tiverem, sejam ou não fundadores.”* (Ata da Assembleia geral e extraordinária da Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina , 21 de Junho de 1960, Arquivo SPDM. Observe-se que o nome da Sociedade civil ainda não estava formalmente alterado)
- n Amortização? Investidura temporária cujo sentido encontra-se no exercício da função de professor da Escola pública.



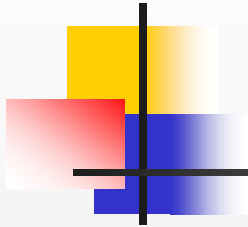
A gestão do HSP após a “separação”: transferir o passivo para a União?

- n Como enfrentar o déficit operacional do Hospital após a federalização da Escola?:
- n *“O Conselho Técnico Administrativo da Escola Paulista de Medicina analisou os balanços apresentados pela Diretoria, relativos à prestação de contas, referente ao ano de 1957, e é de parecer que os mesmos exprimem a situação econômica financeira atual da entidade, recomendando-se a aprovação plena pela Congregação. Considerando-se, ao mesmo tempo, que tendo estudado a posição do Hospital São Paulo nesse balanço, e não tendo encontrado forma de ser ela corrigida com os recursos e organização atuais do referido instituto, o Conselho Técnico Administrativo recomenda à Congregação sejam tomadas providências urgentes, capazes de solucionar definitivamente a situação, que só tende a agravar-se, e que porém, só seria resolvida com a incorporação do Hospital pelo Governo Federal.” Atas da Congregação, Livro VI, 13/06/1958, Arquivo da Reitoria da UNIFESP.*

A experiência de gestão a partir da imbricação entre o público e o privado.



- n *“As rendas extraordinárias, por natureza, infreqüentes e oscilantes da economia desta Instituição, se revelam imprescindíveis ao equilíbrio orçamentário o qual, a seu turno, não é conseguido porque a soma da renda ordinária se mostra insuficiente à cobertura das despesas. Essa circunstância é significativa para evidenciar a dependência permanente de todo o sistema financeiro das contribuições estatais.” Ata da Assembléia geral extraordinária da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, 28 de Abril de 1966, fl. 02, Arquivo da SPDM.*



- n *“A Assembléia Geral da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina autoriza a sua direção a entrar em entendimentos com o Governo Federal para o fim de promover a doação do Hospital São Paulo e da sua Escola de Enfermagem para que continuem sendo utilizadas no ensino e pesquisa da Escola Paulista de Medicina, respeitando assim suas finalidades iniciais. Posta essa resolução em votação é a mesma aprovada, se abstendo de votar o Snr. Dr. Jairo de Almeida Ramos, votaram contra os Snrs. Prof. Dr. José Inácio Lobo e José Ribeiro do Vale.” Ata da Assembléia geral extraordinária da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, 13 de Novembro de 1967, fl. 03, Arquivo SPDM.*



Decreto 62.202/1968

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de imóvel destinado a utilização pelo Ministério da Educação e Cultura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar, sem qualquer ônus mediante escritura de doação simples, que lhe faz a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, o imóvel do Hospital São Paulo e de sua Escola de Enfermagem, situado na cidade de São Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, compreendendo terreno, benfeitorias e instalações.

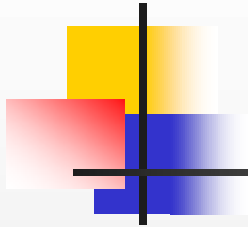
Art. 2º imóvel, de que trata o artigo 1º, destina-se ao Ministério da Educação e Cultura, para utilização pela Escola Paulista de Medicina, pertencente ao sistema federal de ensino.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 31 de janeiro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

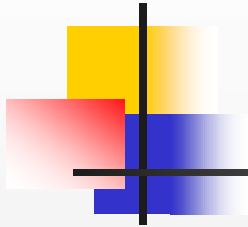
Tarso Dutra



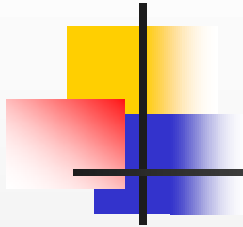
- n Os professores Aloysio de Mattos Pimenta e Azarias Andrade de Carvalho resumiram a situação tal qual se colocava na passagem dos anos 60 para os 70:

“O Sr. Dr. Prof. Aloysio Mattos Pimenta lembra que a filosofia do Governo é a de livrar-se dos Hospitais.”

“(...) que se deve encarar a continuidade da sociedade.” Ata da assembléia geral extraordinária da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, 07 de Julho de 1969, fl. 10, Arquivo SPDM.



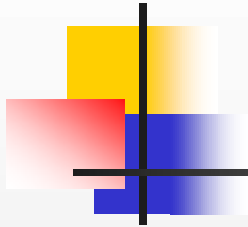
- n A expansão da Escola e do Hospital desenvolveu-se por meio do aluguel de casas nas quais se realizavam atividades de ensino das disciplinas e departamentos, assim como se ofereciam os serviços específicos do Hospital. O levantamento dos aluguéis e conta de água, luz e gás lançados nos balanços econômicos da contabilidade do Hospital São Paulo, deixa clara a imbricação que procuro demonstrar aqui: boa parte dessas casas cujas contas eram pagas pela SPDM nos anos 60, constituem hoje patrimônio da EPM/UNIFESP.



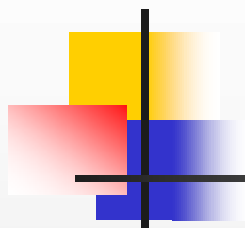
- n Prédio da Preventiva (1962) e dos Ambulatórios (1976): *“A seguir o Senhor Diretor solicita autorização da Congregação no sentido de oficial à Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, pleiteando a escritura de doação do terreno onde a Escola construiu o Instituto de Medicina Preventiva e está construindo o edifício dos Ambulatórios. Tal solicitação foi aprovada.”* Atas da Congregação, Livro 8, 10/10/1967, fls. 224 e 225, Arquivo da Reitoria.

- n *“(...) apresentado o Plano de Transferência dos Serviços de Ambulatórios da Escola Paulista de medicina (EPM) para a responsabilidade da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). (...) A SPDM terá autonomia administrativa em todo o Edifício Professor Jairo Ramos e nas áreas anexas que lhe forem destinadas, responsabilizando-se pelos problemas financeiros atualmente a cargo da EPM. A EPM continuara responsabilizando-se pela manutenção dos funcionários públicos aí lotados. A SPDM compromete-se a auxiliar financeiramente, dentro de suas possibilidades, a construção de uma nova instalação para o almoxarifado da EPM e a adaptação das novas áreas que serão por ela utilizadas”.* Atas da congregação, Livro 11, 02/06/1976, fls 57-58, Arquivo da Reitoria.

- n Federalização da Escola de enfermagem em 1977: (prédio em comodato).



- n O senhor presidente *“relata sobre o andamento da construção do anexo do HSP cujo contrato assinado com a empresa Planova Construções e Planejamento Ltda. Foi de 212 milhões de cruzados e o início da construção está previsto para esta semana. A 1ª fase compreende: a) remoção de interferências (esgotos, cabos telefônicos, encanamentos, etc); b) construção de uma parede diafragma destinada a isolar as construções antigas (HSP e Edifício Jairo Ramos); as fundações, construção de 2 subsolos destinados a garagens, lavanderia, nutrição, centro de material esterilizado. O andar térreo abrigará a recepção do Hospital São Paulo e uma área, cuja destinação ficará para ser apresentada a este Conselho futuramente. O 1º andar será interligado com o HSP. Informa ainda que quanto a parte financeira esta, será dividida em partes iguais ou seja 100 milhões de cruzados para cada uma das entidades e pondera que, em decorrência da necessidade do Depto. de Medicina Preventiva desocupar o local onde se encontra, foi adquirido um imóvel para sua instalação futura e que a EPM assumiu a responsabilidade da reforma desse edifício. Assim o acerto inicial (100 milhões para a Escola e 100 milhões para a SPDM) passa a ser: 150 milhões para a SPDM e 50 milhões para a EPM. Tranqüiliza que este montante já se encontra em caixa”.* Atas do Conselho de Administração da SPDM, 20/04/1988, fls. 90 e 90v.



n Expansão conviveu sempre com crises cíclicas que indicavam (ainda indicam) forte dependência de financiamento público para custeio e pessoal e, também, grande autonomia na gestão das mesmas crises.

Ano	N° Func.	Bruto	Líquido	Caixa
1971	956	418856,76	344607,67	4694
1972	982	529542,16	434052,72	4694
1973	949	619738,71	536954,22	4702
1974	945	861981,47	695779,87	4698
1975				
1976				
1977	1460	4478159,43	3520838	4700
1978	1706	6163726,04		4704
1979	1624	13533798,51	7333965	4707
1980	1339	25857309,02	20450496,3	4708
1981	703	20451151,16		4690
1982	368	22796200,5	18124307,21	4690
1983	385	56591438,43	44626883,15	4682
1984	124	71138341,76	55508094,6	4682
1985		239004339,8	182452503,7	4682
1986	124	330120,8		4692
1987				
1988	173	52219761,73	36264673,93	4692
1989	235	1286079,42	916854,21	4709
1990	818	32941300,25	23587289,49	4714
1991	1139	250653764,7	194628089,1	4715
1992	1510	5214425715	4243206240	4722
1993		105704544,9	89646209,87	4718
1994	1767	858274,76	715808,82	4722
1995	1602	1113645,56	885963,07	4968
1996	1767	1312692,04	1052321,38	4967
1997				
1998				
1999	2367	2386071,82	1945024,27	4976
2000	2811	3264127,59	2667195,18	4975
2001	3026	3885297,28	3118156,94	4980
2002	3071	4424320,3	3471487,75	4983
2003	3193	3652923,06	3524131,97	4984
2004	2463	4385779,6	3136752,56	4987
2005	2331	4577644,74	3247967,01	4990
2006				
2007	2723	5040497,54	3658627,41	6903



HCPA: empresa pública de direito privado

LEI Nº 5.604 DE 2 DE SETEMBRO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública "Hospital de Clínicas de Pôrto Alegre" e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

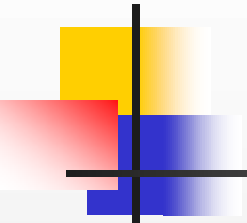
I - Da Constituição

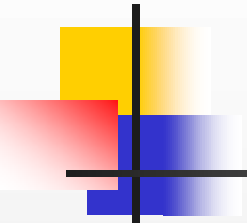
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a empresa pública "Hospital de Clínicas de Pôrto Alegre", de sigla HCPA, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada à supervisão do Ministério da Educação e Cultura.

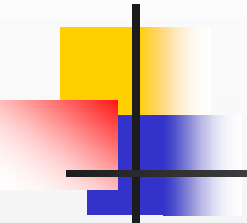
Art. 2º (...) Parágrafo único. No seu objetivo de prestar assistência médica a Empresa dará preferência à celebração de convênios com entidades públicas e privadas da comunidade.

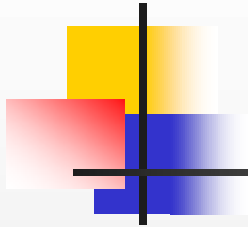
Art. 3º O capital inicial do HCPA, pertencente integralmente à União (...)

Art. 12 O regime jurídico do pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecidas no estatuto do HCPA as condições para admissão.

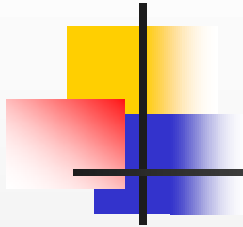
- 
- n **Regulação pelo direito privado ou público?** *“(...) o senhor Presidente chamou a atenção dos senhores conselheiros sobre a parte do relatório onde consta que o HCPA, em 1979, contribuiu com 63,17% de sua produção na receita total do hospital, sendo que apenas os 37,83% restantes foram gastos pelo Governo Federal com este hospital, salientando que isto se deve à forma jurídica adotada pela empresa.”* Ata 49, 19/03/1980, fl. 01, Arquivo HCPA. A situação se alterava com as modificações nas políticas salariais que podiam aumentar a participação do GF na receita total do HCPA.
 - n Orçamento discutido com o MEC desde 1976, quando foi formalmente incluído no orçamento da União.
 - n HCPA orçamentado junto à União: atrasos do INPS eram minimamente compensados.

- 
- n Engenharia financeira: expansão para aumento dos serviços e do faturamento. Dívidas e edificações. No caso do HCPA a composição do Ativo esteve sempre atrelada às normas federais que incidem sobre as 18 empresas públicas que existem no Brasil.
 - n CEF/FAS: *“Presidente solicitou ao Conselho autorização para contrair empréstimo com a CEF para expandir a capacidade do Hospital para 400 leitos.”* Ata 27, 02/04/1975, fl. 01, Arquivo HCPA. *“(…) cobrir despesas de manutenção da empresa e parte ao investimento em obras, instalações e equipamentos para conclusão num prazo de 3 anos.”* Ata 29, 20/08/1975, fl 01. Arquivo HCPA.

- 
- n *“Passando para o segundo item da Ordem do Dia – ‘A dívida do INAMPS para com o HCPA’ – o senhor presidente expôs o assunto, mostrando que inúmeras dificuldades na compra de alimentos, medicamentos e material de consumo estavam surgindo porque o Hospital não pagava seus fornecedores em vista de não ter suas contas salgadas pelo INAMPS.” Ata 44, 05/09/1978, fl.02, Arquivo HCPA.*
 - n *1982: Convênio Padrão Universitário (MPAS) impunha redução de receita. HCPA foi incluído no Convênio AIH como experiência piloto. Aderiu ao Padrão apenas em 1987.*
 - n *“(…) o senhor presidente iria a Brasília (…). Se não fosse feliz em suas tratativas o drama resultaria realmente sério e o HCPA não poderia manter em funcionamento o total dos seus leitos, sendo necessário desativá-los parcialmente.” Ata 65, 22/03/1984, fl. 07, Arquivo HCPA.*



- n *“(...) Com o objetivo de buscar novas fontes de receita, estamos estudando o estabelecimento de novos contratos de prestação de serviços, notadamente com entidades privadas, devido a remuneração mais satisfatória que oferecem. Através desta diversificação de clientela, será possível compensar prejuízos ocasionados principalmente pelo sistema previdenciário público e enfrentar a postura eminentemente social da assistência que prestamos.” Ata 76, 08/07/1985, fl. 06, Arquivo HCPA.*
- n *“O senhor Presidente comunicou aos senhores conselheiros a situação em que se encontra o HCPA frente ao não pagamento, por parte do SUS/RS, dos serviços ambulatoriais prestados correspondentes à fatura de Julho de 1990.” Ata 100, 21/09/1990, fl. 01, Arquivo HCPA. A fatura ambulatorial, segundo os registros dos Balanços econômicos, compunha 50% da receita total do Hospital... E as dívidas do INAMPS continuavam em juízo em 1993.*



n *“O senhor Presidente comunicou que o Ministério da Saúde determinou uma adaptação das Autorizações de Internação Hospitalares, com relação à população da cidade. Em consequência disto o HCPA recebeu um ofício da Secretaria Municipal de Saúde, que seriam cortadas 12% das AIHs do Hospital, significando assim, uma redução de 500 internações SUS/mês para o Hospital. A Administração Central do HCPA, em reunião, decidiu não desativar nenhum leito, mas para tanto, vem propor a este Conselho a autorização para transformar os 30 apartamentos da ala Sul do HCPA, que possuem dois leitos com banheiro privativo, onde internarão pacientes particulares de convênios privados. A Administração pretende, anda, comunicar à Comunidade e à Clientela do Hospital que esta determinação é consequência do não cumprimento por parte dos órgãos governamentais da Lei n.º 8080, bem como pela redução em 12% das AIHs do Hospital.” Ata 135, 29/03/1995, fl. 02, Arquivo HCPA*



Hospitais universitários: gestão e financiamento.

- n *“Falou , então, o Dr. Rotta, comunicando que recentemente participara de uma reunião de Diretores de Hospitais Universitários, no Rio de Janeiro, onde fora enfatizada a situação insustentável de 18 dos 22 hospitais presentes. Por outro lado, ficara evidente também, que nem o INAMPS e tampouco o MEC, tinham força para pressionar mudanças no sentido de melhorar a remuneração dos hospitais. (...) Oportunamente nova reunião seria realizada em Brasília e os Diretores de hospitais pretendiam visitar o MEC e o MPAS para apresentar suas reivindicações e colocar a inviabilidade de manutenção das suas entidades, advertindo, ao mesmo tempo, para a caótica, desastrosa e rápida deterioração de todo o sistema.” Ata 66, 30/03/1984, fl. 06, Arquivo HCPA.*

Entre a empresa e a filantropia



- n “Conceito” de filantropia no Brasil: raízes históricas ibéricas vinculadas ao nascimento das *Misericórdias*. Busca de bem-estar público, coletivo, que se confunde com solidariedade.
- n Enraizamento do capitalismo transformou o exercício da filantropia em terras brasileiras: solidariedade ou regulação do favor? Filantropia como laicização da noção católica de caridade.
- n Movimentação entre o formal e o informal que criou categorias explicativas como *não-lucrativo, voluntariado, utilidade pública* e gerou instituições múltiplas e diferenciadas: “*formas tradicionais de ajuda mútua, novas associações civis e organizações não governamentais*” (MESTRINER, 2008). Filantropia tradicional imbricada com formas de expansão da cidadania.
- n Pauta da ação filantrópica: sociedade, mercado ou Estado? Como equilibrar autonomia da sociedade, liberdade dos agentes econômicos e papel articulador do Estado? As escolhas políticas incidirão sobre todas as instituições... **Modelo e escolha política...**



HSP e HCPA: passivo

	Passivo HSP	ILC	Passivo HCPA	ILC
1974	8.886.977,93	0,7	105.880.991,17	0,67
1978	172.512.632,00	0,42	716.712.295,67	0,46
1982	518.270.382,50	1,19	1.432.585.128,00	1,5
1986	27.772.666,00	3,19		
1990	1.433.912.164	0,7		
1994	12.916.692,41	2	3.393.431,00	4,29
1998	50.642.394,64	0,39	5.213.906,00	4,87
2002	137.767.722,44	0,23	40.971.209,00	1,71
2006	164.455.920,30	0,42	13.808.704,12	4,01

HUs e filantrópicas no sistema de saúde brasileiro



- n Composição das dívidas dos HUs: maior parte é com fornecedores (32,64%) e encargos trabalhistas (32,68%). Leitos ativados: 10.340. Leitos desativados: 1.124. Financiamento? Impacto dos PSFs?
- n Cerca de 1/3 dos leitos hospitalares no Brasil sob responsabilidade de filantrópicas: capilaridade e interiorização. Cerca de 40% das internações feitas pelo SUS são em hospitais filantrópicos. "*Fragilidade econômica e gerencial*". (PORTELA; LIMA; BARBOSA; VASCONCELLOS; UGÁ & GERSCHMAN, 2004)



Expansão do Hospital São Paulo

- n Gestão de equipamentos públicos a partir da relação umbilical com a Escola: interveniência da SPDM/HSP.
- n Debate sobre a possibilidade de gerir o Vila Maria: *“(...) se nós não conseguimos administrar com a devida competência o HSP, será que conseguiremos administrar um hospital do outro lado da cidade?”*
- n *“(...) uma auditoria de fora, dentro do HSP, para ver se com o dinheiro do INAMPS temos condições de tocar o Hospital.”* Ata do Conselho Administrativo da SPDM, 04/05/1994, Arquivo SPDM.

SUS: retratos e representações



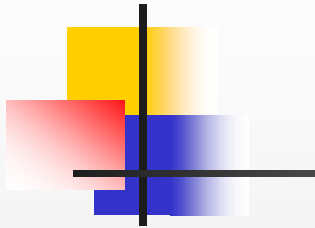
"As filas numa clínica particular que atende pelo SUS, no bairro do Canela, começam ainda de madrugada. 'Cheguei aqui 5h30', conta uma paciente. Mas chegar cedo não garante o atendimento. 'Eles disseram que acabou a marcação. Agora, só fim do mês. Como é que pode?', reclama a dona de casa Marenice Assis. À tarde, as filas não se repetiram. Um dos sócios da clínica, o médico Geraldo Fisher, diz que a marcação de exames e consultas é feita a cada 15 dias e que o máximo de atendimentos pelo SUS é de 3.500 procedimentos por mês. 'Um exame que nós temos grande dificuldade hoje é o ultrassom mamário. Nós abrimos a marcação para o início do mês e com duas semanas nós estouramos o nosso teto, não podemos continuar marcando. Ampliando o teto físico e financeiro teria condições de atendermos melhor', explica Fisher. O problema se repete em outros locais da cidade. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, atualmente 228 unidades privadas, entre hospitais e clínicas, atendem a população de Salvador através do SUS. Juntas, elas recebem, por mês, mais de R\$ 8,5 milhões. - 'Quando nós assumimos, os prestadores que já existiam credenciados ao SUS, pela Secretaria Estadual e Saúde, nós assumimos e trouxemos eles pra cá. Não credenciamos nenhum novo prestador. Precisamos primeiro conhecer as nossas necessidades para, depois, fazer um chamamento público e aí sim a gente comprar o serviço que a nossa população precisa', diz a coordenadora de regulação de saúde, Alcione Bastos. Ainda segundo a Secretaria Municipal da Saúde, as mudanças no sistema de marcação de exames devem começar em dezembro."

n Salvador, 04 de Novembro de 2008, *Jornalismo 24 horas*.

Retratos e representações

- n *“Os hospitais Sótrauma S/C Ltda., Santa Helena, Geral Universitário e Hospital e Maternidade Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá foram obrigados a regularizar o atendimento dos serviços na área de Ortopedia, cumprindo uma Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPE).” 20 de Agosto de 2009, Página Única.*







Os 13 Mandamentos do Médico do SUS

- n 01- Se você não sabe o que tem, dê VOLTAREN.
- 02- Se você não entende o que viu, dê BENZETACIL.
- 03- Apertou a barriga e fez 'ahnnnnnnnn', dê BUSCOPAN.
- 04- Caiu e passou mal, dê GARDENAL.
- 05- Está com dor bem grandona, dê DIPIRONA.
- 06- Se você não sabe o que é bom, dê DECADRON.
- 07- Vomitou tudo que ingeriu, dê PLASIL.
- 08- Se a pressão subiu, dê CAPTOPRIL.
- 09- Se a pressão deu mais uma grande subida, dê FUROSEMIDA.
- 10- Chegou morrendo de choro, ponha no SORO.
- 11- Arritmia doidona, dê AMIODARONA.
- 12- Pelo não pelo sim, dê ROCEFIM.
- 13- Se nada deu certo, não tenha neurose, diga que é uma nova VIROSE

Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (UFRJ)

n *"O ministro da Saúde José Gomes Temporão está negociando com o diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ), professor Alexandre Pinto Cardosos, a reabertura da emergência da unidade até o final desse ano. Em contrapartida o ministro adiantou que a emergência do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB) deverá ser fechada." (28/06/2007)*



n *"Temos 21 salas de cirurgias, sendo 14 para procedimentos complexos e sete ficam restritas a casos mais simples por falta de equipamentos. Dos 500 leitos existentes no Hospital, 24 ficam a disposição da rede pública. Se as vagas no hospital de Bonsucesso acabam, por exemplo, os doentes podem ser enviados para cá.*

n *O que o Ministro da Saúde quer é operacionalizar essas transferências. Mas, primeiro, preciso que o governo me conceda as condições adequadas para este fim. Caso contrário, é uma irresponsabilidade política, administrativa e de saúde que eu aceite abrir a emergência, mesmo que referenciada, do Hospital Universitário."*
Alexandre Pinto Cardoso, Diretor geral do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

A Sagração da Primavera (1913)



- n *"... O auditório ficou em silêncio durante dois minutos, depois, de repente, vaias e assobios desceram das galerias, acompanhadas logo em seguida pelas ordens inferiores. Houve espectadores que começaram a discutir e a atirar-se, uns aos outros, tudo o que tinham à mão. Em breve esta cólera se dirigiu contra os dançarinos e depois, ainda com mais violência, contra a orquestra, que era a verdadeira responsável por esta crise musical. As coisas mais variadas foram-nos arremessadas; apesar de tudo, continuamos a tocar..."* Pierre Monteux

